

**LEI Nº 4.546, DE 14 DE JULHO DE 2021**

Publicação Nº 3197815

LEI Nº 4.546, DE 14 DE JULHO DE 2021

“Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022-2025.”

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2022-2025 (PPA 2022-2025), em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal e art. 14 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I – Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – Objetivo: os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III – Justificativa: a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e mensuração dos problemas e necessidades;

IV – Diretriz: conjunto de critérios de ação de decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

V – Ação: o conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), com vistas à execução de um programa;

VI – Produto: os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII – Meta física: os objetos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

VIII – Meta financeira: valores monetários estimados para os programas e ações; e

IX – Fonte de recurso: fontes de recursos utilizadas para financiar as ações pretendidas em cada programa, segundo tabela do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Plano Plurianual demonstra os objetivos e as metas da administração pública, incluindo as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Art. 4º O PPA 2022-2025 organiza a atuação governamental em programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 5º Integram o PPA 2022-2025:

I – Anexo I – Despesas por Programa e Ação

II – Anexo II – Valores Previstos na Receita

III – Anexos Complementares, contendo:

- a) Relação de Programas;
- b) Relação de Ações;
- c) Relação de Fontes de Recursos;
- d) Receitas e Despesas Previstas no PPA por Fonte de Recursos;
- e) Despesa PPA – Por Órgão e Classificação Funcional Programática; e
- f) Despesa PPA – Por Natureza de Despesa Consolidado.

Art. 6º Os programas e as ações do PPA 2022-2025 serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as alteram.

Art. 7º Os relatórios que compõem o Plano Plurianual, representado pelos Anexos desta Lei, serão estruturados em programas, objetivos, justificativas, diretrizes, ações, produtos, unidades de medida, meta física e financeira e fontes de recurso.

Parágrafo único. O relatório que demonstra a previsão das receitas orçamentárias para o PPA 2022-2025, representa uma estimativa de recursos, necessários à consecução dos objetivos propostos nos programas de governo.

Art. 8º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novas ações, serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão anual ou projeto de lei específica de alteração desta Lei.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas físicas e fontes de recursos das ações para compatibilizá-las com as modificações efetivadas pela lei orçamentária anual.

Art. 10. As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 14 de julho de 2021, 172º da Fundação, 56º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 4.550, DE 16 DE JULHO DE 2021**

Publicação Nº 3197818

LEI Nº 4.550, DE 16 DE JULHO DE 2021

“Torna obrigatória a divulgação dos custos da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas da Administração Pública Direta, Indireta e da Câmara Municipal do Município de Balneário Camboriú e outras providências.”

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas da Administração Pública Direta, Indireta e da Câmara Municipal do Município de Balneário Camboriú, referida no art. 37, §1º da Constituição Federal, realizada diretamente ou por meio da contratação de terceiros, por quaisquer meios de comunicação ou de expressão artística, deverá mencionar o valor total de seu custo ao erário, demonstrando assim, o gasto total que se teve com a publicação, bem como deverá mencionar o número da presente lei.

Parágrafo único. No caso de publicidade impressa, além da menção do valor total de seu custo ao erário e do número desta lei, deverá ser mencionada também a quantidade de exemplares ou de inserções.

Art. 2º Em se tratando de contratação de agência de publicidade terceirizada, deverá mencionar os valores pagos a esta, demonstrando suas taxas administrativas.

Art. 3º A obrigatoriedade prevista nos artigos anteriores se aplica, inclusive, à publicação de leis, atos administrativos, editais, compras, serviços contratados, balancetes e relatório de gestão fiscal.

Art. 4º A menção deverá ser clara e objetiva, de modo a propiciar a perfeita compreensão do público. A menção deverá ocorrer sempre ao final da comunicação, e, no caso de veiculação de forma televisionada, deverá constar na parte inferior da imagem ou texto, de forma legível e clara, durante toda a duração da mesma.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Camboriú (SC), 16 de julho de 2021, 172º da Fundação, 56º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 27.924/2021**

Publicação Nº 3197586

PORTARIA Nº 27.924/2021

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA, prefeito de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso VII e IX, combinado com o artigo 90, inciso II, letra “a”, ambos da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 12, de 23 de dezembro de 2015, Lei Complementar nº 58, de 20 de dezembro de 2019 e conforme protocolo nº 50.634/2021.

RESOLVE:

1º. – Conceder a Sra. CASSIARA MELLO DE LIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria de Educação, LICENÇA para frequentar Mestrado, obedecendo a programação acadêmica constante no protocolo.

2º. – Este ato entra em vigor ao dia 30 de julho de 2021 e cessará seus efeitos no dia 30 de dezembro de 2021.

Balneário Camboriú, 03 de agosto de 2021.  
FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal